



## HOMENAGEM AO PRESIDENTE CASTELLO BRANCO

Luiz Viana Filho

*Senador e Presidente do Congresso Nacional. Palestra proferida na ECEME, em 20 de setembro de 1979*

**E**stou profundamente honrado e agradecido ao convite para falar sobre o Presidente Castello Branco, neste alto instituto de cultura militar, onde há sempre acesa uma lâmpada votiva em homenagem à memória do seu antigo Comandante.

Mas, se estou honrado, nem por isso devo esconder a dificuldade em que me encontro ao tratar de personalidade tão rica, possuidora de tantas faces extraordinárias, e sobre cuja figura militar não faz muito que aqui discorreu o ilustre General Octávio Costa. Permiti que tente apenas esboçar um perfil da admirável figura do Presidente Castello Branco. Por certo, foi a Presidência da República que lhe coroou a existência, marcando-a com uma perene dimensão nacional. Mas, na base, no cerne da sua personalidade, estará, indelevelmente, presente a formação do militar. Nem por outro motivo, ao deixar a Chefia do Estado-Maior do Exército, fez ele esta afirmativa: "Ao Exército tudo devo, minha educação, a formação do meu caráter, e as habilitações que me foi dado adquirir". Em verdade, a disciplina, o espírito de sacrifício, o hábito do estudo, a capacidade de decidir, assumindo todas as responsabilidades, eram virtudes hauridas ao longo da devotada carreira das armas, e que jamais o abandonaram. Castello Branco teve paixão pela profissão. Do Exército ele buscou conhecer tudo, e tudo enaltecer. Desde os pormenores da vida da caserna, até as grandes concepções das batalhas. Tanto sabia assentar corretamente no chão uma metralhadora, como estudara os planos inovadores de Napoleão ou o pensamento de Clausewitz. Não seria, porém, uma paixão passiva, limitada à rotina e às exterioridades. Castello Branco tinha a alma do reformador. A rotina como que o esmagava. E desse sentimento é testemunho eloqüente o ensinamento com que advertira o General Octávio Costa, e aqui mesmo lembrado: "Octávio: o maior inimi-

go da vida militar é a rotina, até mesmo a rotina da perfeição. Em nossa carreira, precisamos estar sempre em movimento, para que nunca enferrujemos. Mudar sempre, sempre que possível para melhor, mas mudar”.

Ao ler-lhe a correspondência, tão reveladora das suas idéias e sentimentos, pude observar o entusiasmo com que, quer no Comando da Amazônia, quer à frente do IV Exército, lutou para imprimir novos rumos à vida militar. Permiti e perdoei que, embora brevemente, ouse falar-vos do soldado, que tão bem conheceis. Acontece, porém, a meu ver, ser impossível compreender-se o grande Presidente, sem antes se conhecer o grande militar.

Ao completar o primeiro ano no Comando Militar da Amazônia, depois de dizer deste que “Empolga, mas é difícil e duro”, ele assim abria o coração a um companheiro de armas: “Estamos em período crucial do Exército. Tudo avelhado, uma organização caduca e um quadro de Generais constituído de alguns paquidermes, vários bons moços, muitos cansados (cansados de que?) quase todos ultrapassados pelo tempo. Pensam que o tempo espera por nós. Os fatos estão andando mais depressa do que o pensamento de tão ilustre companhia. Precisamos de renovação e reorganização. Como matar a nossa rotina, que cada vez se torna mais lerda, se não com uma reestruturação aprofundada?” Não faltava sequer a nota de humor que lhe era habitual.

Aí estais a ouvir a palavra do reformador e renovador. Do mesmo modo, ao assumir o Comando em Recife, e numa prova de que o tempo não lhe mudava as convicções, ele assim informava ao hoje General Moraes Rego, que com ele também servira no Amazonas: “O IV Exército é difícil e, ao mesmo tempo, empolgante. Vou dar tudo do resto de forças que me sobram daquelas que apanhei, quando menino no Ceará, oriundas de meus pais (como vai longe!) nas salas de aula das santas Irmãs do Pequeno Grande e da brincadeira descuidada nas calçadas, nas coxias e em Messejana”.

Numa e noutra das observações citadas, dir-se-á ser o impulso de quem ainda vislumbrava longo futuro militar, e, portanto, dispondo de tempo para a sonhada renovação. A verdade, entretanto, era outra, e mais o enaltece. Realmente, nessa ocasião, Castello Branco já antevia próxima a conclusão da sua carreira militar, e o fato, normalmente, deveria contribuir para esmaecer-lhe o entusiasmo reformista.

Não era esse, porém, o seu feitio, a sua natureza. O lutador era desses que não se rendem. Certa vez, em abril de 1966, quando numerosos e árdusos os problemas com que se defrontava o Governo, o Presidente chamou-me ao seu gabinete e, como se fora um desabafo em meio às atribulações que o angustiavam, limitou-se a dizer-me com amargor: “Dr. Luiz Viana, eu não desanimo. Não desanimo porque não fui feito para desanimar”. De fato, ele assim era, e combateria até o fim. Daí haver escrito, em novembro de 1959, ao seu amigo General Amarante: “Desejo trabalhar, e trabalhar bem, até o último dia da atividade”.

Como imaginar que o Brasil ainda reclamaria daquele reformador de vontades férreas tão árdusos, relevantes e decisivos serviços? Aliás, na Presidência, Castello

Branco não perderia de vista as Forças Armadas. Lembro-me que, em dezembro de 1965, ao ser votada a lei sobre a inatividade dos militares, levei-lhe, como era das minhas funções, os originais da lei que ele sancionaria. Coloquei os originais diante do Presidente, abri-os na página em que ele deveria apor a assinatura, e, de pé, aguardei que ele o fizesse. O Presidente demorou um pouco, folheou a lei, e em seguida, voltando-se para mim, declarou-me pausadamente: "Esta é a lei que assino com mais prazer". Imaginava estar dando novos rumos à vida militar.

Para a Presidência, Castello Branco levou a alma do militar. Assim, em que pese haver despido a farda antes de assumir o Governo, e tornar-se um Presidente tão civil quanto os que mais o foram, ele levou para a mais alta magistratura do País as altas virtudes de um grande militar, e graças a elas liderou a abertura de novos caminhos para o Brasil, acelerando, sem sombra de dúvida, o relógio do desenvolvimento nacional. Tendo assumido o poder como síndico de uma massa falida, como ele próprio o disse, não custou, em meio ao rescaldo das agitações comunistas e dos percalços de uma inflação galopante, a impor a ordem, restabelecer a confiança no governo, e assentar as bases para a retomada do desenvolvimento. Para tanto, além da visão do estadista e da capacidade do administrador, acredito que, entre outras, duas condições foram fundamentais — a coragem e oportunidade das decisões e a indiferença aos passageiros aplausos da popularidade, que ele jamais requestaria. Era, talvez, dos que preferem o juízo da História.

Castello Branco tinha a convicção de haver recebido o Governo, como se fora missão a cumprir. De lá nada o desviaria. E ele a cumpriria do melhor modo possível e a qualquer preço. E parecia certo de que a alta missão se destinava ao futuro, e não aos dias que passavam.

Daí haver dito tratar-se de um governo de entressafra, o que vale dizer que a ele tocaria desbravar a terra, ará-la, e semear. Outros viriam para colher, como de fato aconteceu. O reformador, no entanto, animado por convicções arraigadas, parecia, sobretudo, preocupado com o êxito da sementeira, e assim se manteria durante todo o Governo.

Tal como ocorre na vida militar, o Presidente, para realizar a obra com que terá sonhado desde a primeira hora, buscou compor o seu Estado-Maior. Vale dizer, o seu Ministério, que o Ministro Osvaldo Trigueiro afirmou ser um dos de mais alto nível até então organizado na República. Cada chefe tem a sua maneira de relacionar-se com os seus auxiliares. É uma influência recíproca, e em nada irrelevante. Falando do papel do Estado-Maior, André Maurois observou vários aspectos do trabalho de equipe e a sua importância. "Um aspecto delicado do problema, escreveu Maurois, é a influência sobre o Chefe, do seu círculo. Há homens que querem agir sozinho, e tomam as suas decisões no segredo do seu espírito. Outros amam sentir as suas idéias, ensaiando-as com os subordinados da sua confiança. Os primeiros não suportam em torno deles senão executantes passivos. Lyautey chamava esses auxiliares, mudos e aduladores, os "Benditos Sim-Sim". Os segundos preferem ter sob as suas ordens espíritos exigentes e francos, que respeitam o chefe, estão prontos a executar lealmente qualquer decisão, mas contribuem para suscitá-la pela discussão

e a crítica... Um Estado-Maior, pode, a propósito de um plano, estar dividido. Não é um mal, contanto que na hora da execução todo conflito se encontre automaticamente terminado. O General Berthelot, Major General, desaprovou a manobra do Marne. Disse-o, e depois a executou do melhor modo”.

O Presidente Castello Branco, embora fosse corrente a sua teimosia, era dos que davam e até estimulavam a plena liberdade de opinião e de crítica dos seus colaboradores. Nas reuniões de pequenos grupos, do Ministério ou do Conselho de Segurança, as discussões costumavam ser amplas, francas, por vezes demoradas. Cada qual tinha a maior liberdade de opinião. Contudo, uma vez tomada uma decisão pelo Presidente, ninguém mais se animaria em externar a discordância porventura havida. O Governo atuava como um todo, unido, solidário, e poderia mesmo dizer orgulhoso do grande Chefe. Disso, aliás, ele se me afigurava até lisongeado.

Foram muitas e difíceis as decisões que o Presidente necessitou tomar para mudar os rumos do Brasil, que caminhava, então, a passos largos para a insolvência e a anarquia. Insolvência e anarquia que, por vezes, me parecem, infelizmente quase apagadas da memória dos brasileiros. Decisões que enfrentavam a má fé dos demagogos ou a reação dos prejudicados pelas inovações, que freqüentemente feriam privilégios longamente consolidados. De algumas, vos falarei pouco adiante. Depois de haver observado, em meio ao fragor das batalhas e dos inenarráveis sofrimentos, a convulsão que atingira a humanidade, Castello não tinha dúvida de que dos sacrifícios impostos, haveria de surgir uma nova sociedade, menos egoísta, mais justa, despida de classes privilegiadas. Escreveu ele então à esposa distante: “É impossível que de tamanha hecatombe não saia mais uma grande revolução de idéias e que daí venha uma evolução social mais humana, mais cristã, menos dura para os pequenos, limitando o mais possível a exploração de um homem por outro. É o que estou vendo na fogueira que ainda não se apagou”.

A observação significa que ao retornar da Itália, e, mais tarde, ao assumir a Presidência, Castello Branco possuía nítida consciência não apenas de que estávamos em busca de um mundo novo, mas sobretudo da necessidade de ser construído esse mundo. Era freqüente ouvi-lo falar contra os privilégios de toda a sorte. E, na medida do possível, ele tentou sempre contribuir para que da Revolução emergisse um Brasil libertado de preconceitos sociais e de privilégios odiosos.

A guerra, que ele dizia tornar os homens transparentes, haveria de marcá-lo fundamentalmente. E estou certo de que não ocorresse a morte inesperada e prematura, e ele teria, nas horas calmas da inatividade, escrito algumas páginas sobre aqueles dias de glória e de sofrimento. A um amigo então em Paris ele escreveria após a Guerra: “eu continuo fazendo estudos pessoais sobre a campanha da Itália. Quem sabe se um dia poderei também dar um depoimento?” Aliás, do que aprendi no convívio com quem me honrou, guardo a impressão de que dois temas pensava e desejava o Presidente Castello abordar algum dia — a campanha da Itália e o pensamento militar de Caxias, que tinha como maior, se não o único estrategista de monta em toda a América do Sul.

Disse-vos haver Castello Branco levado para o Governo a alma do Soldado.

Talvez vos devesse dizer que, como soldado, ele levava acima de tudo a alma do reformador. Este seria extraordinário e incansável. Não houve setor de administração que, apesar da brevidade do seu mandato, não sacudisse, introduzindo algo novo, do mesmo modo que criou instrumentos de governo, como o Banco Central, havia muito encajado no Congresso pelos interesses contrariados; o Banco Nacional de Habitação; a Zona Franca de Manaus; o Ministério do Interior, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, e tantas outras inovações destinadas a proporcionar maior vigor e mobilidade à administração pública.

Sempre e a cada passo era ele o homem avesso à rotina. Combatia-a corajosamente, e dessa atitude surgiram fecundas decisões das quais algumas eu desejaria lembrar. Observei, certa feita, que a marca mais profunda da personalidade de Castello Branco foi colocar os grandes interesses do futuro sempre acima dos pequenos interesses do presente. Em verdade, ele deveria conviver dolorosamente com um mar de impopularidade, para o qual desaguaram a contenção dos salários, a liberação dos aluguéis, a extinção do subsídio ao trigo e ao petróleo, tudo enfim que era inerente e indispensável para por cobro à inflação, contra a qual todos costumam bradar, mas bem poucos aceitam de bom grado os remédios dolorosos e inevitáveis.

Capaz de debater, durante horas e horas, e até dias a fio, em busca de um consenso em torno de algum problema ou solução, ele, uma vez tomada uma decisão, obstinava-se em torná-la realidade. Tendo assumido o Governo em decorrência de uma Revolução, ser-lhe-ia possivelmente fácil impor soluções. Entretanto, sempre preferiu obtê-las através do debate e da apresentação de argumentos. Por vezes, sobretudo quando o assunto dependia do voto do Congresso, era penoso consumir dias e dias conquistando a opinião e o voto de parlamentares. Castello, entretanto, parecia incansável nessa busca de prosélitos para as suas idéias e objetivos. Era a sua concepção do Governo, e dela não se afastaria.

Não vos falarei das múltiplas reformas e decisões que levou a bom termo, e graças às quais mudou até hoje a face do Brasil, pois bem a conheceis. Contudo, para terdes nítida idéia da maneira por que perseguia uma convicção, atraindo para ela o consenso e o apoio da maioria, pediria licença para evocar alguns rumorosos episódios que lhe marcaram o Governo, e somente possíveis nas mãos de um homem de vontade firme e inabalável.

Comecarei por vos falar da famosa compra da Amfort — a American and Foreign Power Company — que tanto se prestava às explorações de todos os matices. Falsos ou iludidos nacionalistas, comunistas e inquietos políticos oposicionistas, todos encontravam na operação motivo fácil e adequado para perturbarem e impressionarem o julgamento público. Um público que desconhecia inteiramente o problema, como é tão freqüente, mas que se mostrava sensível àquela maré de "slogans", que varriam o país de uma ponta a outra. Apresentada como um montão de ferro velho, que o Governo se dispunha a adquirir por milhões de dólares, a Amfort facilmente se transformava em escandalosa negociata urdida pelos "entreguistas", certamente inclinados a favorecer os felizes acionistas norte-americanos. Por sinal, não se tratava de uma operação nova — herdara-a a Revolução do Governo Goulart, quando fôra, inclusive, objeto de conversações e acertos entre o Presidente Kenne-

dy e o Ministro San Tiago Dantas. Contudo, sempre vacilante, Goulart acabara por encontrar um meio para não concluir a compra. Tocou assim ao Presidente Castello, reestudar e decidir sobre o assunto, complexo e difícil. E sobre ele, como do seu hábito, debruçou-se afincadamente, consultando e ouvindo numerosos colaboradores, até se inteirar por completo do assunto, que examinou sob todos os ângulos possíveis.

Saltava aos olhos que a solução era fundamental para a política energética do País. Contudo, em verdade, chegara-se a um impasse. De um lado, o Brasil a clamar por amplos investimentos que reaparelhassem as empresas componentes do grupo Amfort, todas elas em deficientes e precárias condições de funcionamento, e, do outro as dez empresas concessionárias dos serviços de energia elétrica do Rio Grande do Sul ao Rio Grande do Norte e alegarem, reiteradamente, não disporem dos recursos necessários para atenderem aos imprescindíveis reclamos das áreas a que tão mal serviam. Diziam-se sem condições para qualquer investimento, e, enquanto o tempo corresse, um clima emocional, acirrado dia a dia, fizera do problema o alvo fácil e predileto de todos os adversários do Governo.

Havendo, porém, estudado o problema, que o Ministro Mauro Thibau resumira numa Exposição de Motivos, convencera-se o Presidente da necessidade de cortar-se o nó górdio, que tanto prejudicava uma adequada expansão da produção de energia hidro-elétrica. Não era, porém, do seu feitio cortá-lo com a espada, e sim desenvolver uma ampla campanha de convencimento junto ao Congresso Nacional, que deveria autorizar a operação. Para tanto, o Presidente mobilizou os Ministros do Exterior, da Fazenda e do Planejamento, que auxiliaram a ação do Ministro Thibau, que, por ordem do Presidente, daria conta do assunto aos Governadores Magalhães Pinto e Carlos Lacerda, ambos contrários à operação. Também o Conselho Nacional de Segurança foi convocado, antes que o assunto chegasse ao Congresso, que deveria dar a última palavra. Na realidade, pequena batalha que o Presidente Castello comandava pessoalmente, atento a todos os pormenores, ao mesmo tempo em que os ataques da imprensa recrudesciam, ampliando aquela imagem do montão de ferro velho que o Brasil ia adquirir por alto preço. Silenciavam-se os motivos que levavam o País a realizar a compra, imprescindível para que se abrisse o caminho para os investimentos necessários no campo da energia.

Por fim, feita a avaliação do acervo pela idônea Scandinavian Engineering Corporation, o Congresso, por larga margem de votos, autorizou o Tesouro a dar o aval para a operação. A vitória fora ampla. Mas, o de que poucos talvez suspeitassem era da ação obstinada do Presidente. Tranquilamente, seguro de que lutava pela melhor solução para o País, ele arrostara a impopularidade sem a menor vacilação. Ele era assim.

Outro episódio que agitou as águas foi a política dos minérios de ferro. Era tema também postergado pelo Governo anterior, pois estava posto nas cogitações governamentais, desde o período do Presidente Kubitscheck. Para estudá-lo, constituiu-se uma Comissão Interministerial, a que se somou o Chefe da Casa Militar, General Ernesto Geisel. Certa vez, assim resume os acontecimentos que envol-

veram o problema em torno do qual tantos interesses se congregaram e agitaram: "Internamente, o problema era dos mais intrincados, pois inúmeros interesses se chocavam. O Presidente da Vale do Rio Doce, além de não acreditar que a iniciativa privada tivesse condições de atender às necessidades nacionais, era contra a construção de novos terminais de minério de ferro. O Governo Lacerda pleiteava um porto em Sepetiba, para atender a siderúrgica estadual, a Cosigua. O Governador Magalhães Pinto temia não serem suficientemente consideradas as reivindicações de Minas Gerais. E havia ainda que atentar para os problemas do Porto do Rio de Janeiro, e da Central do Brasil. E por cima de tudo isso alguns "slogans" nacionalistas completam o quadro".

Por esse tempo, ao discursar na Assembléia Legislativa do Espírito Santo, o Presidente Castello lembrou os "que faziam rufar os tambores em torno das expressões "nacionalismo e entreguismo". E a presença, em Brasília, para audiência com o Presidente, do Sr. John Mc Cloy, e dos Srs. Antony Salomon e Donald Palmer, ambos da Agência Internacional de Desenvolvimento, e que se faziam acompanhar do Embaixador Lincoln Gordon, desencadeou uma série de ataques das esquerdas, no Congresso. Mc Cloy, ex-alto comissário dos Estados Unidos na Alemanha, e primeiro Presidente do Banco Mundial, era tratado como pessoa sem qualificação.

Certo da importância de uma adequada decisão para o desenvolvimento do Brasil, o Presidente Castello não vacilou um instante diante dos ataques desfechados precipitadamente, e que ameaçavam confundir o assunto. Pessoalmente ele se pôs em campo para coordenar uma solução capaz de atender aos interesses do País. Acima de tudo, ele se dispunha a cortar o nó górdio de um impasse no qual faziam, maliciosamente, avultar a Hanna Mining, que, na realidade, era apenas uma das muitas parcelas do problema.

Tal como Bismarck, para quem qualquer política era melhor do que a hesitação, Castello Branco estava certo da necessidade de se pôr termo a uma indefinida protelação. Chegava a hora de o Brasil adotar, em relação aos minérios de ferro, orientação que transformasse em riqueza efetiva as jazidas inaproveitadas convenientemente.

Com esse objetivo o Presidente encetou verdadeira mobilização. Convocou pessoas, ouviu interessados, escreveu cartas, estudou pareceres, promoveu reuniões, e, por último, auscultou o próprio Conselho de Segurança Nacional. Havia apenas uma coisa a que o Presidente parecia não dar importância: — a própria popularidade. Para ele era o irrelevante do debate. E, em dezembro, após uma larga mobilização de opinião, ele aprovou a Exposição de Motivos da Comissão Interministerial. Fazia-o convicto de construir o futuro. Todos os legítimos interesses haviam sido considerados, a começar por Minas Gerais, onde durante cinco anos, as empresas mineradoras deveriam investir os seus lucros. A Companhia Vale do Rio Doce tivera as suas exportações preservadas, e o Porto do Rio de Janeiro e a Rede Ferroviária também tinham a expansão assegurada. Sinal do quanto tivera de ser complexa a decisão. E do acerto que a presidiu o testemunho está nos fatos posteriores. No

particular, o Brasil deu uma volta de 180 graus. A Hanna desapareceu suavemente, fazendo enrolar-se a bandeira do nacionalismo esquerdista. E o Brasil, sem prejuízo da siderurgia nacional, incrementou as exportações de minérios.

Tal como nos dois exemplos que acabo de mencionar, não houve problema, por mais difícil ou impopular, que o Presidente deixasse de enfrentar, buscando a solução que julgasse mais convir ao Brasil. Semeava para o futuro, e era quanto lhe bastava. A História lhe faria a justiça que percebia não poder encontrar dos contemporâneos.

Mas, se já tentei um esboço, embora breve e pálido, do homem de Governo, do estadista cuja visão tanto contribuiu para mudar o Brasil, permiti que vos fale também um pouco do cidadão na sua simplicidade e afetividade. Sendo um homem cheio de amigos, cultivando as relações pessoais, particularmente entre os camaradas de arma, não era ele de fácil intimidade. Longe disso, a sua postura era reservada, discreta, se não distante. Que me lembre, entre os amigos que me animaria a chamar de íntimos, no círculo do Governo, não iria além do Marechal Ademar de Queiroz, por quem tinha especial afeto; Cordeiro de Faria, a quem o ligava um reconhecimento nascido nos campos de batalha; e Juarez Távara, seu colega de Escola. Contudo, esse feito que se poderia ter até como cerimonioso, em nada alterava as demonstrações de estima e de apreço com que cumulava quantos o auxiliavam. Impecavelmente educado, era incapaz do menor deslize ou descuido nesse trato do dia a dia, que se torna mais um hábito do que um propósito. Principalmente em relação às famílias de companheiros já desaparecidos, era o Presidente invariavelmente atento. Em meio aos pesados encargos do Governo, jamais lhe faltava tempo para corresponder à gentileza de algum convite. E ao receber a comunicação do casamento do descendente de um antigo companheiro, logo recomendava ao Ministro Paranaguá, Chefe do Cerimonial, que não esquecesse o presente, que, por vezes, escolhia pessoalmente e fazia acompanhar de palavras de carinho. Tudo em relação aos amigos, eram atenções, cuidados, gentilezas. É que sob a fisionomia fechada, severa, e que, sobretudo à distância, nada tinha de simpática ou acessível, escondia-se um coração sensível, que se alegrava no bom convívio dos amigos, do mesmo modo que participava do sofrimento alheio. Daí haver Roberto Campos feito em boa hora esta observação: "Era o mais terno dos homens e teve de parecer indiferente ao sofrimento humano". Realmente, assim foi. Tendo chegado ao Governo envolto nas tristezas da viuvez, Castello Branco, talvez para melhor se dedicar à missão que lhe fora atribuída, cultivou a solidão e o isolamento, na medida em que lhe foi possível. Os graves problemas do Governo, que por vezes entremeiava com um pouco de música, enchiam-lhe as horas sempre marcadas pelas preocupações. Certa feita, o Governador Ademar de Barros, alegando ter assunto urgente a tratar com o Presidente, solicitou-lhe uma audiência. E, como não houvesse na agenda Presidencial daquele dia um minuto vago, pediu-lhe o Presidente que à noite, depois do jantar, fosse ao Laranjeiras, onde o Governador chegou por volta das 21 horas. Como era habitual, salvo o ajudante de Ordens, e raros empregados, não havia ninguém. O Palácio era um deserto. Recebido no salão da frente do primeiro andar, Ademar de Barros externou graves preocupações sobre a sorte ou a estabilidade da Revolução. Revelou conspira-

ções e descontentamentos que estariam lavrando nas Forças Armadas. Um tanto surpreso, o Presidente quase se limitou a ouvir. E, finda a audiência, desceu com o Governador para acompanhá-lo até o carro, onde, inesperadamente, havia uma Senhora aguardando Ademar de Barros, e que logo saiu do automóvel para cumprimentar o Presidente, exprimindo-lhe, sem rodeios, o pesar com que o via em meio àquela solidão, enquanto ela e o Governador iriam em busca de algum restaurante famoso, para jantarem. Castello não se embaraçou, tendo respondido prontamente: "A Senhora está enganada. Eu não vou ficar só, pois ficarei com tudo que o Governador acaba de me contar".

Em verdade, durante todo o período do Governo, o trabalho e a meditação encheriam as horas do grande Presidente, que, graças a isso, logrou erradicar a rotina e implantar as reformas, cujos frutos outros colheriam depois dele, tal como imaginara e desejara. Mas, se o Presidente foi grande, um dos maiores que a Nação conheceu, como bem acentuaria Eugênio Gudín, o homem, o ser humano, nada lhe ficava a dever. Gostaria poder defini-lo. Receio, porém, que a amizade e o reconhecimento tornassem suspeitas as minhas palavras. Prefiro recorrer ao General Vernon Walters, seu companheiro na Guerra e seu amigo na Paz, e que nas suas *Memórias*, gravou este justo conceito sobre o Presidente Castello Branco: "Era verdadeiramente o homem mais correto e mais nobre que conheci".